

**HABEAS CORPUS Nº 515.323 - SP (2019/0167780-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIANA FERREIRA CAVALCANTE - GO031724  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EDSON SANTANA DA SILVA

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. FURTO SIMPLES. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. SUBTRAÇÃO DE UMA CAIXA COM 14 PISOS PARA CONSTRUÇÃO. VALOR TOTAL DE R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS). PRESSUPOSTOS DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. EXISTÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. Ordem liminarmente concedida nos termos do dispositivo.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Edson Santana da Silva**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que, nos autos do Processo nº 0032990-35.2016.8.26.0050, deu provimento ao recurso em sentido estrito ministerial, recebendo a denúncia pela suposta prática de conduta descrita no art. 155, *caput*, do Código Penal.

Alega a impetrante que a falta de justa causa é patente, *em virtude da atipicidade material da conduta determinada pela incidência do princípio da insignificância* (fl. 9).

Sustenta que estão presentes todos os requisitos apontados pelos Tribunais Superiores para a aplicação do princípio da bagatela.

Defende que, *ao contrário do consignado no v. acórdão adversado, mostra-se cristalina a presença de todos os vetores supramencionados no caso, porquanto o valor econômico do objeto material do furto, consubstanciado no montante de R\$ 50, 00 (cinquenta reais) evidencia que não houve ofensividade ou qualquer lesão ao patrimônio da vítima, até porque o bem foi devidamente restituído* (fls. 17/18).

Postula, então, a concessão da ordem para que seja trancada a referida ação

penal.

É o relatório.

Busca a impetração o reconhecimento da atipicidade da conduta delituosa imputada ao paciente – pela prática, em tese, do crime de furto simples (1 caixa com 14 pisos para construção), totalizando o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) – pela aplicação do princípio da insignificância.

No presente caso, entendo configurado o constrangimento ilegal a justificar a concessão liminar da ordem, verificados os requisitos para o reconhecimento da atipicidade material da conduta.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado por furto, porque, *no dia 25 de janeiro de 2016, por volta das 19 horas, no interior da loja Basicom Materiais para construção [...] subtraiu, para si, 01 (uma) caixa com 14 pisos para Construção, avaliados indiretamente em R\$ 50,00 (cinquenta reais), pertencentes ao estabelecimento comercial acima mencionado [...]* (fl. 29).

Ora, o Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento segundo o qual, para a aplicação do princípio da insignificância, devem estar presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada (HC n. 107.689/RS, Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 7/3/2012).

Assim, tenho que estão preenchidos os requisitos necessários para a aplicação do princípio da insignificância, tendo em vista o baixo valor do bem (menos de 6% do salário mínimo vigente à época), o que demonstra a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Em caso análogo, esta Corte assim decidiu:

**HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO QUALIFICADO TENTADO. DOZE LATAS DE REFRIGERANTE E DOIS QUILOS DE ALHO (R\$ 88,00). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. OCORRÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA.**

1. Consoante entendimento jurisprudencial, o "princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentaridade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de

afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material.

(...) Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público." (HC nº 84.412-0/SP, STF, Min. Celso de Mello, DJU 19.11.2004)

2. No caso, o paciente tentou subtrair doze latas de refrigerante e dois quilos de alho, bens avaliados em R\$ 88,00, não havendo prejuízo material para a vítima, tendo em vista que os bens foram restituídos à empresa "restaurante Manekineko". Reconhece-se, então, o caráter bagatelar do comportamento imputado, não havendo falar em afetação do bem jurídico patrimônio, em especial pelo ínfimo valor dos bens. Flagrante ilegalidade.

3. Ordem concedida, aplicado o princípio da insignificância, para, reconhecendo a atipicidade material da conduta, restabelecer a sentença absolutória proferida pelo Juízo de primeiro grau na Ação Penal n.º 0258586-82.2016.8.19.0001 em trâmite na 37ª Vara Criminal da Comarca da Capital/RJ.

(HC n. 418.129/RJ, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 13/11/2017 - grifo nosso)

No presente caso, não há menção a antecedentes do paciente ou a qualquer outra circunstância que tenha incrementado a periculosidade da conduta.

Destaco, ainda, que o objeto material do crime não significa enorme prejuízo para a vítima.

Ante o exposto, **concedo liminarmente** a ordem para trancar a Ação Penal n. 0032990-35.2016.8.26.0050 pela atipicidade material da conduta.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator